

Bolsonaro assina MP que limita remoção de conteúdo em redes sociais

O presidente Jair Bolsonaro editou, nesta segunda-feira (6/9), nova medida provisória com o objetivo de combater a remoção de conteúdo nas redes sociais. A informação foi divulgada pelo [perfil](#) da Secretaria Especial de Comunicação Social da Presidência da República no Twitter.

Fábio Rodrigues Pozzebom / Agência Brasil



MP foi assinada pelo presidente na véspera do feriado de 7 de setembro, que tem previsão de manifestações pelo país
Fábio Rodrigues Pozzebom / Agência Brasil

As mudanças surgem na véspera do feriado de 7 de setembro, quando manifestações pró-governo de cunho golpista são previstas em várias capitais pelo país.

Segundo a Secom, a MP altera o Marco Civil da Internet, “reforçando direitos e garantias dos usuários da rede e combatendo a remoção arbitrária e imotivada de contas, perfis e conteúdos por provedores”.

A medida assinada pelo presidente objetiva maior clareza quanto a "políticas, procedimentos, medidas e instrumentos" utilizados pelos provedores de redes sociais para cancelamento ou suspensão de conteúdos e contas, de acordo com o governo.

Além da exigência de justa causa e motivação em caso de cancelamento, suspensão e exclusão de conteúdos e funcionalidades das contas nas redes sociais, o dispositivo prevê ainda direito de restituição do conteúdo disponibilizado pelo usuário na rede.

Plano antigo

Em 2021, Bolsonaro teve vídeos retirados do ar por infringir regras das plataformas digitais. Em maio, o presidente já tinha minuta de decreto com vistas a alterar o Marco Civil da Internet nos mesmos moldes da medida provisória agora em vigor.

No formato anterior previsto, a minuta do decreto estabelecia que os serviços de internet, como as redes sociais, estarão proibidos de excluir conteúdos baseados apenas em suas regras de comunidade. A exclusão deverá ser feita apenas com ordem judicial.

À época, [especialistas consultados pela ConJur](#) apontaram que a minuta era ilegal e feria o Marco Civil da Internet. Enquanto isso, as plataformas [têm excluído consistentemente](#) conteúdos politizados que ferem as próprias diretrizes.

Também tramita no Supremo Tribunal Federal [um inquérito](#) sob relatoria do ministro Alexandre de Moraes com objetivo de investigar a existência de uma quadrilha digital que age contra a democracia.

Date Created

06/09/2021